TIMBAÚBA S.A.

CNPJ Nº 04.899.037/0001-54

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro 2025. Petrolina - PE, 20 de julho de 2026. A Diretoria.

Balanços Patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo circulante	Notas	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	31.736	20.898
Contas a receber	5	55.868	39.236
Estoques	6	99.483	122.010
Impostos a recuperar	7	2.129	5.473
Adiantamentos	8	6.919	8.065
Outros ativos		3.163	4.204
Total do ativo circulante		**199.298**	**199.886**
Ativo não circulante			
Outros ativos		-	6.912
Partes relacionadas	9	1.404	60.358
Imobilizado	10	327.478	304.924
Total do ativo não circulante		**328.882**	**372.194**
Total do ativo		**528.180**	**572.080**

Passivo circulante	Notas	2025	2024
Fornecedores	11	22.863	24.645
Empréstimos e financiamentos	12	19.780	6.571
Obrigações trabalhistas	13	7.994	8.544
Obrigações fiscais	14	2.320	2.284
Adiantamentos de clientes		379	296
Outras contas a pagar		1.532	-
Total do passivo circulante		**54.868**	**42.340**
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	29.621	5.210
Partes relacionadas	9	144.079	161.332
Provisão para riscos judiciais	21	191	191
Obrigações fiscais	14	6.772	10.671
Total do passivo não circulante		**180.663**	**177.404**
Patrimônio líquido	15		
Capital social		670.301	670.301
Reserva de incentivos fiscais		2.215	2.215
Reserva de reavaliação		49.093	51.768
Ajuste de avaliação patrimonial		11.590	12.006
Prejuízos acumulados		(440.550)	(383.954)
Total do patrimônio líquido		**292.649**	**352.336**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**528.180**	**572.080**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social Integralizado	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**661.684**	**2.215**	**54.813**	**12.424**	**(355.397)**	**375.739**
Aumento de capital	16 a)	8.617	-	-	-	-	**8.617**
Ajuste de avaliação patrimonial	16 b)	-	-	-	(418)	-	**(418)**
Reserva de reavaliação		-	-	(3.045)	-	-	**(3.045)**
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(28.557)	**(28.557)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**670.301**	**2.215**	**51.768**	**12.006**	**(383.954)**	**352.336**
Aumento de capital		-	-	-	-	-	**-**
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	(416)	-	**(416)**
Reserva de reavaliação		-	-	(2.675)	-	-	**(2.675)**
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(56.596)	**(56.596)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**670.301**	**2.215**	**49.093**	**11.590**	**(440.550)**	**292.649**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Receita líquida de vendas	16	142.402	243.072
Custo dos produtos vendidos	17	(113.672)	(198.036)
Lucro bruto		**28.730**	**45.036**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(35.966)	(38.016)
Outras despesas operacionais	19	(29.823)	(15.475)
Prejuízo antes do resultado financeiro		**(37.059)**	**(8.455)**
Resultado financeiro	20	**(19.537)**	**(20.102)**
Receitas Financeiras		907	239
Despesas Financeiras		(20.444)	(20.341)
Prejuízo antes dos impostos		**(56.596)**	**(28.557)**
Prejuízo do exercício		**(56.596)**	**(28.557)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	2025	2024
Prejuízo do exercício	**(56.596)**	**(28.557)**
Ajuste de avaliação patrimonial	(416)	(418)
Total do resultado abrangente	**(57.012)**	**(28.975)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Notas	2025	2024
Prejuízo do exercício		**(56.596)**	**(28.557)**
Ajustes por			
Juros sobre financiamentos	12	2.357	2.723
Variação cambial	20	-	2.033
Depreciação	10	16.787	16.270
Avaliação patrimonial		(3.092)	(3.465)
Baixas de ativo imobilizado	10	54	276
Prejuízo do exercício - Ajustado		**(40.490)**	**(10.720)**
Variações nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber		(16.631)	23.113
Estoques		22.527	(50.454)
Impostos a recuperar		3.344	(4.243)
Adiantamentos		2.187	22.283
Outros contas a receber		6.910	(6.947)
Partes relacionadas		41.701	82.554
Fornecedores		(1.782)	541
Obrigações trabalhistas		(550)	403
Obrigações fiscais		(3.863)	11.987
Pagamento de juros		(782)	(1.500)
Outras contas a pagar		1.615	(2.597)
Caixa líquido gerado pelas atividades de operacionais		**14.186**	**64.420**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	10	(39.393)	(41.212)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		**(39.393)**	**(41.212)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital		-	8.617
Aquisições de empréstimos/ financiamento	12	37.043	1.412
Amortização de empréstimos/ financiamento	12	(998)	(37.242)
Caixa líquido gerados pelas (consumido nas) atividades de financiamento		**36.045**	**(27.213)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**10.838**	**(4.005)**
No inicio do exercício		20.898	24.903
No final do exercício		31.736	20.898
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**10.838**	**(4.005)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Timbaúba S.A. possui sede na BR – 122, KM 174, S/Nº, Zona Rural, no Município de Petrolina (PE). Tem como objetivo social a pesquisa, criação, reprodução, beneficiamento de animais aquáticos; a exploração de atividade agropecuária, com destaque para a agricultura irrigada; industrialização de produtos agropecuários e agrícolas; a produção de sucos concentrados e diluídos e de bebidas, podendo realizar a prestação de serviços de consultoria técnica no pais e no exterior; comercialização, no mercado nacional e no exterior, atacadista e/ou varejista, dos produtos, próprios ou de terceiros, compreendidos em seu objeto social; importação e exportação de bens e/ou matérias primas, próprias ou de terceiros, que visem o alcance do objeto principal de suas atividades, inclusive para o gozo e utilização de incentivos fiscais; a compra, venda, importação e exportação de papel, celulose e seus derivados. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: a)Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei Societária Brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábeis-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. As demonstrações contábeis da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram autorizadas para emissão pela Administração em 20 de julho de 2026. **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos financeiros (mensurados a valor justo). A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As operações/transações financeiras e saldos em moeda estrangeira são registradas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** Ao preparar as demonstrações contábeis a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às informações anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

3. Políticas contábeis materiais: As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista e certificados de depósitos bancários, denominados em moeda corrente, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos contratuais não superiores a 90 dias e para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato junto ao emissor do instrumento. A Companhia possui classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 5. **3.2. Instrumentos financeiros: 3.2.1. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia classifica seus ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.2.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. **3.2.3. Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo dos passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **3.2.4. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. **3.3. Contas a receber:** Os créditos a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela arrecadação de pedágio, receitas acessórias, ou pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As receitas de pedágio são registradas pelo valor da tarifa correspondente à categoria do veículo. A Administração avalia periodicamente a recuperação dos créditos e concluiu não haver perdas estimadas em seus recebíveis, razão pela qual não constituiu provisão para perdas esperada em 31 de dezembro de 2025 e em 2024. **3.4. Estoques:** Estão demonstrados pelo custo médio de aquisição e não excedem ao custo de reposição ou valores líquidos de realização. **3.5. Impostos a recuperar e obrigações tributárias:** Os tributos a recuperar são mensurados ao custo, acrescidos por eventuais atualizações monetárias, quando aplicável, conforme regulamentação específica de cada tributo. São reconhecidos quando há certeza de que os valores serão recuperados, seja por compensação com tributos a pagar ou por restituição e ajustados por eventuais provisões para perdas, caso haja incerteza na recuperação total dos valores. Os tributos a recuperar são apresentados no ativo circulante, quando a recuperação é esperada dentro de 12 meses, ou no ativo não circulante, quando a recuperação é esperada após esse período. **3.6. Adiantamentos a fornecedores:** Correspondem aos adiantamentos concedidos a fornecedores nacionais para aquisição de materiais e insumos. O valor correspondente ao adiantamento a partes relacionadas está discriminado na Nota Explicativa nº 8. **3.7. Outros ativos:** As despesas antecipadas representam valores pagos antecipadamente pela Companhia em relação a bens ou serviços que serão consumidos em períodos subsequentes. Essas despesas são reconhecidas no ativo circulante e não circulante e apropriadas no resultado de forma sistemática e proporcional ao longo do período em que os benefícios econômicos são auferidos e em conformidade com o regime de competência. **3.8. Imobilizado:** O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou formação e deduzido da depreciação, calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, apropriada ao resultado do exercício e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinado para o item do imobilizado aos quais foram incorporados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas", quando aplicável, na demonstração do resultado. **3.9. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **3.10. Salários e encargos sociais**: Os pagamentos de benefícios tais como salário e férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência. **3.11. Outros passivos:** Representam depósitos e/ou adiantamentos efetuados por instrumento contratual. Os referidos saldos são reconhecidos como receita quando da efetiva prestação de serviços. **3.12. Provisão para demandas judiciais:** As provisões para demandas judiciais (cível e trabalhista) são reconhecidas quando: **(i)** a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; **(ii)** é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; **(iii)** e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões foram constituídas conforme parecer de seus assessores jurídicos, sendo as mesmas consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas. **3.13. Reconhecimento da receita:** A Companhia reconhecerá a receita quando o valor dela puder ser mensurado com segurança, e for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir: **3.14. Vendas de produtos:** A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. **3.15. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de rendimento sobre suas aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, substancialmente, juros passivos sobre as debêntures. **3.16. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** A Companhia adota o lucro real como forma de tributação. Dessa forma o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. A despesa com imposto de renda e contribuição social, quando aplicável, compreende os impostos de renda correntes e diferidos a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. Quando aplicável, a Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. **3.17. Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL:** Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apurou prejuízos fiscais no montante de R$ 31.206 (R$ 12.567 em 2024). Não foram constituídos ativos fiscais diferidos relacionados a esses valores, em função da avaliação da Administração da Companhia quanto à expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização integral.

3.18. Incentivos fiscais

Tipo de incentivo	Documento de autorização	Data limite do incentivo
Prodepe - Benefício de crédito presumido do ICMS em valor equivalente a 95% (noventa e cinco por cento) do saldo devedor do ICMS	Decreto nº 41.585, de março de 2025 Decreto nº 43.941, de dezembro de 2016 Decreto nº 54.331, de dezembro de 2022 Decreto nº 56.430, de abril de 2024	Março de 2027 Dezembro de 2028 Dezembro de 2032 Dezembro de 2032

3.19. Demonstrações dos fluxos de caixa: A Companhia determinou como prática contábil na preparação de suas demonstrações de fluxos de caixa que os juros pagos sobre debêntures devem ser refletidos no grupo de atividades operacionais. **3.20. Pronunciamentos novos ou ainda não adotados:** As normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e revisadas, se cabível, quando entrarem em vigor. **a) Normas e alterações aplicáveis a partir de 1° de janeiro de 2025:** • Alterações ao CPC 02 (R2): Efeitos nas Mudanças das Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (perda de conversibilidade); • As alterações acima não tiveram impacto material nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. **b) Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2025:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor: • CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis; • IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgação. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas CPC ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

4. Caixa e equivalente de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalente de caixa	20	17
Depósitos bancários à vista	195	2.426
Aplicações financeiras **(i)**	31.521	18.455
Total	**31.736**	**20.898**

(i) As aplicações financeiras em instituições bancárias referem-se a títulos pós-fixados (Certificado de Depósito Bancário) remunerados entre 95,5% e 101,5% do CDI em 31 de dezembro de 2025.

5. Contas a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Clientes - Mercado interno	53.093	37.020
Clientes - Mercado externo	2.775	2.216
Total	**55.868**	**39.236**
Vencidos	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Até 180 dias	9.222	6.654
Mais que 180 dias	7.737	6.413
A vencer		
Até 30 dias	16.185	9.924
Até 31 a 60 dias	19.640	13.044
Até 61 a 90 dias	2.649	2.638
Mais de 90 dias	435	563
Total	**55.868**	**39.236**

i) A Administração em sua análise, conclui que não existia risco de provisão para perdas esperadas a serem constituídas em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Essa avaliação, é revisada ao menos uma vez em cada exercício, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos saldos em aberto de sua carteira de clientes.

6. Estoques

	31/12/2025	31/12/2024
Almoxarifado **(i)**	45.535	71.496
Insumos **(ii)**	32.698	16.912
Estoque de produtos acabados **(iii)**	21.250	33.602
Total	**99.483**	**122.010**

(i) Representado por material de uso e consumo, peças de reposição e manutenção. **(ii)** Representada por material de embalagens e produtos intermediários. **(iii)** Representada por produtos água de coco e suco de uva envasados.

7. Impostos a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
IRRF a recuperar	519	885
PIS e COFINS a recuperar **(i)**	-	3.548
ICMS a recuperar	1.109	1.040
Outros impostos	501	-
Total	**2.129**	**5.473**

(i) Créditos utilizados conforme apurações de impostos.

8. Adiantamentos

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos a fornecedores **(i)**	6.916	8.062
Adiantamentos a funcionários	3	3
Total	**6.919**	**8.065**

(i) Os saldos em 2025 referem-se, basicamente, a valores em aberto com fornecedores nacionais, com os quais foram realizadas compras de insumos como fertilizantes e materiais de embalagens.

9. Partes relacionadas: A classificação dos valores no ativo e passivo não circulantes exprimem a expectativa da Administração na realização dos saldos.

	2025 Ativo não circulante	2024 Ativo não circulante
Cosima - Siderúrgica do Maranhão **(i)**	-	58.954
Guarany Siderúrgica e Mineração	1.404	1.404
Total	**1.404**	**60.358**

	2025 Passivo não circulante	2024 Passivo não circulante
Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré **(i)**	27.008	74.799
Atria Investimentos e Participações S.A. **(ii)**	117.071	86.533
Total	**144.079**	**161.332**

(i) Durante o exercício de 2025, em decorrência da reorganização societária do grupo, que resultou na alteração do controle da Cosima – Siderúrgica do Maranhão e da Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré, a Companhia realizou operações de cessão de créditos para a Atria Investimentos e Participações S.A, parte relacionada. Como consequência, o crédito de R$ 58.954 mantido com a Cosima foi integralmente baixado do ativo não circulante, enquanto o passivo junto à Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré foi reduzido em R$ 47.791. As referidas operações resultaram apenas na reclassificação e compensação de saldos, sem impacto no resultado do exercício. **(ii)** Representado por adiantamentos realizados pela controladora Atria Investimentos e Participações S.A. e transferência de curto para longo prazo da operação de cessão de créditos envolvendo a Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré.

10. Imobilizado: A evolução do ativo imobilizado está demonstrada conforme tabela a seguir:

a) Composição do imobilizado

Conta	Taxas anuais de depreciação	31/12/2025	31/12/2024
Máquinas, aparelhos e equipamentos	4,00% e 10,00%	138.251	124.658
Construções civis	2,13% e 25,00%	42.836	42.681
Cultura permanente e florestas	4,00% e 10,00%	270.707	257.206
Veículos	4,00% e 33,30%	664	11.443
Outros imobilizados	4,00% e 10,00%	21.068	3.258
Terrenos	-	29.246	24.203
Total		**502.772**	**463.449**
Depreciação acumulada	-	(175.294)	(158.525)
Total		**327.478**	**304.924**

b) Movimentação do imobilizado

Conta	Taxas	2024	Aquisição	Baixa	Depreciação Acumulada	2025
Máquinas, aparelhos e equipamentos	4,00% e 10,00%	124.658	13.593	-	(52.542)	85.709
Construções civis	2,13% e 25,00%	42.681	155	-	(20.637)	22.199
Cultura permanente e florestas	4,00% e 10,00%	257.205	13.501	-	(95.614)	175.092
Veículos	4,00% e 33,30%	11.443	4.002	(70)	(5.768)	9.607
Outros imobilizados	4,00% e 10,00%	3.258	8.142	-	(733)	10.667
Terrenos	-	24.204	-	-	-	24.204
Total		**463.449**	**39.393**	**(70)**	**(175.294)**	**327.478**

Conta	Taxas	2024 Saldo inicial	Custo aquisição	Baixa	2025 Saldo final
Máquinas, aparelhos e equipamentos	4,00% e 25,00%	**124.658**	**13.594**	-	**138.252**
Construções civis	2,13% e 20,00%	**42.681**	**155**	-	**42.836**
Cultura permanente e florestas	4,00% e 20,00%	**257.206**	**13.500**	-	**270.706**
Veículos	4,00% e 50,00%	**11.444**	**4.001**	(70)	**15.375**
Outros imobilizados	4,00% e 50,00%	**3.258**	**8.142**	-	**11.400**
Terrenos	-	**24.204**	**-**	-	**24.204**

Conta	Taxas	2024 Saldo inicial	Depreciação Depreciação	Baixa	2025 Saldo final
Máquinas, aparelhos e equipamentos	4,00% e 25,00%	**(48.304)**	(4.239)	-	**(52.543)**
Construções civis	2,13% e 20,00%	**(18.794)**	(1.843)	-	**(20.637)**
Cultura permanente e florestas	4,00% e 20,00%	**(85.998)**	(9.616)	-	**(95.614)**
Veículos	4,00% e 50,00%	**(5.106)**	(677)	16	**(5.767)**
Outros imobilizados	4,00% e 50,00%	**(322)**	(412)	-	**(734)**

D4Sign 62ca1d5a-b46f-4c1c-bcb8-6fa28317560a - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

TIMBAÚBA S.A.

CNPJ Nº 04.899.037/0001-54

Conta	Taxas	2023 Saldo inicial	Aquisição	Baixa	Custo aquisição	2024 Saldo final
Máquinas, aparelhos e equipamentos	4,00% e 25,00%	121.063	3.665	(70)		124.658
Construções civis	2,13% e 20,00%	42.681	-	-		42.681
Cultura permanente e florestas	4,00% e 20,00%	224.638	33.248	(681)		257.205
Veículos	4,00% e 50,00%	9.849	1.594	-		11.443
Outros imobilizados	4,00% e 50,00%	555	2.705	(2)		3.258
Terrenos	-	24.204	-	-		24.204
Total		422.990	41.212	(753)		463.449

Conta	Taxas	2023 Saldo inicial	Depreciação Depreciação	Baixa	2024 Saldo final
Máquinas, aparelhos e equipamentos	4,00% e 25,00%	(46.694)	(4.315)	2.705	(48.304)
Construções civis	2,13% e 20,00%	(17.328)	(1.466)	-	(18.794)
Cultura permanente e florestas	4,00% e 20,00%	(76.136)	(9.862)	-	(85.998)
Veículos	4,00% e 50,00%	(4.599)	(507)	-	(5.106)
Outros imobilizados	4,00% e 50,00%	(203)	(120)	-	(323)
Total		(144.960)	(16.270)	2.705	(158.525)

11. Fornecedores: Os saldos em 31 de dezembro de 2025 referem-se a valores em aberto com diversos fornecedores nacionais, referentes basicamente a compras de insumos como fertilizantes e materiais de embalagens, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	22.863	24.645

12. Empréstimos: a) Composição: O saldo de empréstimos e financiamentos para 31 de dezembro de 2025, podem ser assim demonstrados:

	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos - Circulante	19.780	6.571
Empréstimos e financiamentos - Não circulante	29.621	5.210
Total	49.401	11.781

A composição dos saldos de empréstimos e financiamentos para 2025, e suas respectivas taxas, segue apresentadas assim:

Instituição Financeira/ Modalidade	Encargos	2025 Circulante	2025 Não Circulante	2024 Circulante	2024 Não Circulante
Banco CNH	12,72%	1.636	7.526	1.582	5.210
BNB - JOHN DEERE	12,72%	130	111	-	-
Banco do Nordeste	12,72%	375	11.485	-	-
Banco Sicredi	12,72%	-	10.499	-	-
Banco do Daycoval - Q.Socidade|Dup. Desc.	-	17.639	-	4.989	-
Total		19.780	29.621	6.571	5.210

b) Financiamento por vencimento

Curto Prazo	
2026	19.780
Longo Prazo	
2027	2.082
2028	7.335
2029	8.210
Após 2029	11.994
Total	49.401

c) Movimentação dos passivos decorrentes de atividades de financiamento: As tabelas adiante detalham as alterações nos passivos da Companhia decorrentes de atividades de financiamento, incluindo mudanças monetárias e não monetárias. Passivos decorrentes de atividades de financiamento são aqueles para os quais fluxos de caixa ou fluxos de caixa futuros serão classificados na demonstração dos fluxos de caixa das atividades de financiamento:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	11.781	44.355
Captações	37.043	1.412
Amortização	(998)	(37.242)
Juros pagos	(782)	(1.500)
Juros	2.357	2.723
V. Cambial	-	2.033
Saldo final	49.401	11.781

13. Obrigações trabalhistas

	31/12/2025	31/12/2024
Salários a pagar	1.785	2.307
INSS a recolher	742	872
FGTS a recolher	341	353
Provisão para férias e encargos	4.508	4.687
Outras obrigações sociais e trabalhistas	618	325
Total	7.994	8.544

14. Obrigações fiscais

	2025 Passivo circulante	2024 Passivo circulante	2025 Passivo não circulante	2024 Passivo não circulante
Parcelamento RFB **(i)**	1.209	1.727	6.772	10.671
Impostos retidos	19	5	-	-
ICMS a recolher	391	552	-	-
PIS/COFINS a recolher	701	0	-	-
Total	2.320	2.284	6.772	10.671

(i) Refere-se ao parcelamento de impostos de impostos federais diretos e indiretos, parcelados junto Receita Federal, com liquidação prevista para agosto de 2029.

15. Patrimônio líquido: a) Capital social: O Capital Social em 31 de dezembro de 2025, totalmente subscrito integralizado, é de R$ 670.301 (R$ 670.301 em 2024), dividido em 356.189.063 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Conforme AGE de julho de 2024, foi aprovado a incorporação da Energia Verde Produção Rural Ltda. com aumento de capital de R$ 8.617, sem emissão de novas ações. A Companhia tem como sua única acionista à Atria Investimentos e Participações Ltda. **b) Política de distribuição de lucros:** Do lucro líquido do exercício, serão deduzidas as reservas exigidas por lei e outras determinadas por sócios que representem a maioria do capital social, devendo o saldo remanescente ter o destino que os sócios, pelo mesmo quórum, determinarem. De acordo com os estatutos, é assegurado aos acionistas da companhia um dividendo mínimo obrigatório de 3% do lucro líquido ajustado na forma legal. **c) Reservas:** Do resultado do exercício apurado na forma da legislação em vigor, serão deduzidos os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda. Do saldo remanescente, configurará o lucro líquido do exercício que terá as seguintes destinações: **1.** 5% para constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social, ficando dispensada a destinação de lucro para esta reserva quando o seu saldo, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, exceder 30% do capital social; **2.** formação de reserva para demandas judiciais, caso haja necessidade, por proposta dos Administradores e aprovado em Assembleia Geral; **3.** constituição de reserva de retenção de lucros, se for o caso, na forma prevista da Lei; **4.** a Assembleia Geral decidirá o destino do lucro líquido remanescente do exercício, nos termos da Lei. **d) Reserva fiscal:** Redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, limitados até a produção de 18.720 toneladas ao ano de biomassa despescada para aplicação em projetos de modernização total do empreendimento na área, proveniente da Sudene – Laudo Constitutivo Sudene nº 0114/2013. **e) Reserva de reavaliação**: Refere-se a reavaliação dos bens de cultura permanente do ativo imobilizado efetuada em 2016. Os valores depreciados foram de R$ 2.675 em 2025 e R$ 3.045 em 2024. **f) Ajuste de avaliação patrimonial:** Refere-se a reavaliação para bens do ativo imobilizado custo atribuído efetuado em 2010, na adoção inicial conforme CPC 37. A adoção do custo atribuído é aplicável somente na adoção inicial, não sendo admitida a revisão da avaliação em períodos subsequentes. Os valores apropriados foram de R$ 416 em 2025 e R$ 418 em 2024.

16. Receita líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de vendas	214.160	329.212
Total de receita bruta	214.160	329.212
(-) Impostos sobre faturamento	(43.491)	(30.376)
(-) Devoluções	(28.267)	(55.764)
Total de reduções	(71.758)	(86.140)
Receita líquida	142.402	243.072

Em 2024 a companhia efetuou operações com performance, não ocorrendo essa operação em 2025.

17. Custos dos produtos vendidos

	31/12/2025	31/12/2024
Custos pessoal	(34.678)	(24.574)
Materiais **(i)**	(47.790)	(33.175)
Depreciação/amortização	(9.061)	(12.327)
Serviços	(15.042)	(5.983)
Outros custos	(7.101)	(15.917)
Custos de vendas externas **(ii)**	-	(106.060)
Total	(113.672)	(198.036)

(i) Refere-se em sua maioria a embalagens, insumos, adubo e outros; **(ii)** A redução observada no período está relacionada à suspensão das operações de ACC realizadas pela Companhia. Em razão da alteração da estrutura operacional das transações de exportação, não houve contratação de novas operações dessa natureza a partir de 2024, refletindo na redução do saldo em 2025.

18. Despesas gerais e administrativas

Despesas administrativas	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal	(4.332)	(843)
Despesas com impostos	(4.663)	(8.593)
Despesas comercial **(i)**	(23.274)	(22.675)
Despesas com serviços prestados	(1.053)	(1.792)
Despesas gerais	(2.644)	(4.113)
Total	(35.966)	(38.016)

(i) Aumento das despesas comerciais é devido à expansão para novos mercados na região Sul e Sudeste, com novos clientes e produtos. Ocasionando assim, um aumento das vendas via e-commerce e despesas atribuídas a plataformas, propagandas e despesas de distribuição.

19. Outras despesas operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Baixa ativo imobilizado	656	90
Perdas no processo produtivo	(6.220)	(6.969)
Baixas estoque produto acabado **(i)**	(25.213)	-
Baixa contas a receber/adiantamentos **(ii)**	-	(11.124)
Outros	954	2.528
Total	(29.823)	(15.475)

(i) Baixa decorrente de acerto e estoque produtos acabados;
(ii) Baixa decorrente de títulos com clientes no mercado externo.

20. Resultado financeiro líquido

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimento aplicação financeira	171	133
Descontos obtidos	55	106
Variações cambiais ativas	681	-
Total	907	239
Despesas financeiras		
Variações cambiais passiva	(135)	(2.033)
Juros	(7.793)	(3.694)
Descontos concedidos	(11.781)	(14.248)
Outras despesas financeiras	(735)	(366)
Total	(20.444)	(20.341)
Total	(19.537)	(20.102)

Em 2024, a Companhia deixou de realizar comercializações dos seus produtos com o mercado no exterior, ocasionando assim uma redução dos saldos de variações cambiais ativas e passivas.

21. Provisão para riscos judiciais: a) A Companhia está envolvida em processos para riscos trabalhistas considerados como prováveis de perda. As provisões foram constituídas baseadas conforme parecer de seus assessores jurídicos e na melhor estimativa da Administração na data das demonstrações contábeis. A seguir a composição das provisões para demandas judiciais com prognóstico provável em 2025:

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhista	191	191
Total não circulante	191	191

	31/12/2024	Reversões	Baixas	Adições	31/12/2025
Trabalhistas	191	-	-	-	191
Total	191	-	-	-	191

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço:

	31/12/2025
Trabalhista	1.809
Cível	20
Total	1.829

22. Transações que não afetam caixa: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Empresa realizou a incorporação da Energia Verde Produção Rural Ltda. com aumento de capital de R$ 8.617, sem emissão de novas ações, transações que não impactaram caixa. No exercício de 2025 a empresa realizou cessão de crédito com partes relacionadas entre a controladora Atria Investimentos e suas investidas Cosima – Siderúrgica do Maranhão e Companhia Siderúrgica Vale do Pindaré, conforme Nota Explicativa nº 9.

23. Gestão de risco financeiros: a) Considerações gerais: As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos, definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e atividades da Companhia. As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de taxa de juros. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar os potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios do Grupo. **b) Gerenciamentos de riscos:** A Companhia está exposta: **(i)** a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; **(ii)** aos riscos de mercado, decorrentes de variações das taxas de juros e preços; e **(iii)** aos riscos de crédito, decorrentes da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber. A gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito se dá através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição dos ativos e passivos, de modo a proteger a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. **c) Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício. **d) Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos sócios quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para redução de custos. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia conta com um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e sua operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Diretor: Herman Jacobus Cornelis Azevedo Voorwald
CPF: 340.881.178-40

Contador: Ubiratan Piragibe Peixoto de Lira Filho
CPF: 041.948.234-27 - **CRC/PE:** 024274/O-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Timbaúba S.A. -** Rio de Janeiro – RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Timbaúba S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Timbaúba S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de julho de 2026

Grant Thornton

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2

Paulo Alcoforado Cavalcante Neto
Contador CRC SP-354.256/O-5

D4Sign 62ca1d5a-b46f-4c1c-bcb8-6fa28317560a - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

Publicidade Legal - 12 - de AGOSTO 2026 - TIMBAUBA S A - BALANÇO pdf

Código do documento 62ca1d5a-b46f-4c1c-bcb8-6fa28317560a

Assinaturas

EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100
Certificado Digital
fabiohenrique@folhape.com.br
Assinou

Eventos do documento

11 Aug 2026, 19:00:36
Documento 62ca1d5a-b46f-4c1c-bcb8-6fa28317560a **criado** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email:fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2026-08-11T19:00:36-03:00

11 Aug 2026, 19:00:56
Assinaturas **iniciadas** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email: fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2026-08-11T19:00:56-03:00

11 Aug 2026, 19:01:06
ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100 **Assinou** Email: fabiohenrique@folhape.com.br. IP: 187.103.42.221 (mvx-187-103-42-221.mundivox.com porta: 17852). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SyngularID,OU=AC SyngularID Multipla,CN=EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100. - DATE_ATOM: 2026-08-11T19:01:06-03:00

Hash do documento original
(SHA256):cd4a98056632bc570c27af0fdf6261bd2e72f5033c12e2cb29db355e573f0540
(SHA512):8a758fe2aa4f37999c14c1edf37ca2ceb7e4f91f9c7b520f07e1dcfe0bbd76af8f736d8a68cf27d0da2af6898ee066e4ff6aee5dcba3df99bd8328e643099a36

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign
Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL
Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.